



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ATA DE REUNIÃO ITINERANTE DA CONATRAE

Data e Horário: 22 de outubro de 2018

Local: Universidade Federal de Minas Gerais, Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6627 – Pampulha, Belo Horizonte

Nome	Instituição
Herbert Borges Paes de Barros	SNC/MDH
Dante Cassiano Viana	CGCTE/ DPDDH/SNC/MDH
Andreia Figueira Minduca	CGCTE/ DPDDH/SNC/MDH
Gabriel Zerbetto Vera	CGCTE/ DPDDH/SNC/MDH
Luís Fujiwara	OIT
Larissa Lamera	OIT
Fernanda Carvalho	OIT
Antonio Carlos Mello	OIT
Natalia Suzuki	Repórter Brasil
Vanda Galvino	ST/BA / MAI
Fabiana Passos	AMB
Maurício Krepsky Fagundes	DETRAE/SIT/MTb
Ana Carolina Alves Araújo Roman	MPF
Ana García Femenía	Equipe de avaliação
Marcia Sprandel	Equipe de avaliação
Angela Bittencourt	UFRJ
Laíssa Poliana	CNA
Admar Fontes	COETRAE/BA
Leila Silva	COETRAE/PA
Ulisses Carvalho	CONAETE/MPT
Edna Galvão	GPTEC/UFRJ
Sarah	GPTEC/UFRJ
Núbia Braga Ribeiro	UFMG
Maurício Gasparino da Silva	SIT/MTb
Xavier Plassat	CPT
Marcelo Campos	SINAIT
Max Casado	AGU
Ricardo Rezende Figueira	GPTEC/UFRJ
Lessandra Leite	SEDHIPOP/PA
Marina Oliboni	COETRAE/CE
Adonia Prado	GPTEC/UFRJ

PAUTA

- 1)** Coordenação – CONATRAE
 - a) Abertura
 - b) Aprovação da Ata de 31/07/2018

- 2)** Apresentação dos resultados finais da avaliação do Projeto “Consolidando e Disseminando esforços no Combate ao Trabalho Escravo no Brasil e Peru” (OIT)

- 3)** Persistência do problema com a emissão do PIS para trabalhadores resgatados indocumentados, demora na resposta da CAIXA à SPPE (MTb)

- 4)** Atualização do Radar do trabalho escravo e da cooperação com a inspeção do trabalho no Peru no âmbito da OIT (MTb)

- 5)** Síntese periódica do Trabalho Escravo (CPT)

- 6)** Localização de trabalhadores do caso Fazenda Brasil Verde (CGCTE/CPT)

- 7)** Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE)

- 8)** Informes:
 - a. Levantamento das Ações Penais
 - b. Levantamento Ações Cíveis Públicas
 - c. Encontro das COETRAES
 - d. Plano de Gestão da Coordenação Geral de Combate ao Trabalho Escravo
 - e. Outros Informes

PONTOS DE PAUTA DA REUNIÃO

- **Abertura e aprovação da Ata de 31/07/2018**

Participantes de apresentam. **Dante** indaga se os membros da CONATRAE se é preciso ler a ata ou se pode considerá-la aprovada, uma vez que foi remetida a todos os membros por e-mail. Todos os participantes aquiescem e a ata fica aprovada.

Herbert apresenta os itens da pauta e indaga se há algum ponto a ser acrescido. **Natalia** solicita abordar o tema das cartas-compromisso enviadas aos candidatos à eleição do Brasil e dos Estados.

- **Apresentação da OIT sobre a Avaliação Final Independente “Consolidating and Disseminating Efforts to Combat Forced Labor in Brazil and in Peru” IL-23986-13-75-K**

Antonio apresenta o projeto, que conta com financiamento do governo dos EUA e responsável por sustentar a atual estrutura de combate ao trabalho forçado pela OIT no Brasil. Apresenta Pilar Velasquez, coordenadora de projetos do Departamento de Trabalho dos EUA, que participa à distância da reunião, e informa que o Departamento de Estado americano contratou consultores locais para elaborar o relatório final sobre o projeto de forma independente.

Ana García apresenta os cinco critérios de avaliação e explica a metodologia aplicada, envolvendo análise documental e entrevistas com 50 pessoas de cinco cidades diferentes. **Marcia** apresenta a relevância do projeto e sua pertinência, além dos achados até o momento. **Ana García** demonstra também a eficácia e a eficiência que o projeto atingiu ao longo dos anos.

Xavier pergunta sobre o slide 14, em referência à questão do tripartismo como condição para o diálogo social pelas normas da OIT. Ele deseja entender se a prática é respeitada e lembra que uma das maiores disputas enfrentadas ocorreu em 2017, quando o Ministro do Trabalho tentou minar a Lista Suja. O tripartismo, na forma tradicional de combate ao trabalho escravo, se tornaria descabido. A questão retornou à CONATRAE, na forma de um GT ainda existente.

Valter pergunta sobre o slide 11, sobre a implementação de dados sobre o trabalho escravo e o trabalho forçado. Afirma querer saber quais são os instrumentos que o IBGE implementou sobre o tema, se houve alguma inovação, em especial sobre o Observatório do Trabalho Escravo, e quais seriam as estimativas da OIT sobre o impacto do trabalho escravo internacionalmente, pois acredita que as estimativas passadas seriam muito conservadoras.

Natalia diz ter duas observações, sobre a tela 12. Com a experiência do *Escravo nem pensar* houve replicação para outros Estados. Também houve participação da Repórter Brasil no

programa #somoslivres. No slide 14, **Natalia** informa que há a presença de entidades de classe na COETRAE/SP, diferentemente do que se informa no slide.

Herbert, também sobre o slide 14, afirma que algumas políticas públicas foram realocadas pelo Estado Brasileiro para dentro dos Direitos Humanos, como a exemplo da política de combate ao trabalho escravo, o requer um olhar multidisciplinar, tripartite. **Herbert** também questiona, no âmbito da ligação entre o trabalho escravo e o trabalho infantil, sobre a relação com o tráfico de pessoas.

Xavier diz que, sobre o Programa de Ação Integrada, que a estratégia inicial foi inspirada na experiência de Mato Grosso, um tanto insipiente. Muitos foram graves críticas à experiência de Poconé/MT, sobre a inserção dos indivíduos resgatados. Houve a implementação do RAICE no interior do Pará, do Tocantins e do Maranhã. Este seria um dos produtos mais relevantes e dignos de nota do Ação Integrada.

Ana García agradece as perguntas e afirma que a presente missão ainda carece da etapa de avaliação do Peru. Sobre o vínculo apontado por Herbert, refletiu-se que haveria a possibilidade de abordar a temática conjuntamente. **Marcia** pensa no caso da Bahia, onde houve em junção. O IBGE já realizou duas pesquisas abordando o trabalho escravo, como corrobora **Luís**, que menciona a PNAD de 2016 e no próximo ano haverá perguntas sobre trabalho escravo e trabalho forçado. Há interesse da OIT em buscar tais informações para auxiliar a formulação de políticas públicas.

Dante informa que o IBGE já enviou para o MDH como serão as perguntas que serão empregadas em 2019, para coleta de insumos.

Ana García afirma que o que a Avaliação pode fazer é encontrar alguma explicação sobre porque algo se apresentou como um desafio ao projeto. Questiona se haveria a presença tripartite prevista no decreto de criação da CONATRAE. É um grande desafio reunir numa mesma mesa atores diferentes para o debate do assunto. Seria importante que o tema fosse sempre abordado de forma tripartite, como se previa de início.

Xavier considera muito ambíguo tal posicionamento. Uma questão seria a OIT induzir o diálogo, mas no âmbito nacional a política tem por objetivo não a negociação de direitos, mas uma questão criminal. Essa posição pode alimentar uma polêmica desnecessária e contraproducente, o que levaria a contestar muitos instrumentos criados pelo Brasil. **Ana García** diz que irá tratar isso de forma reflexiva no relatório da forma mais veraz possível, buscando explicar as razões porque o país não logrou o resultado esperado e os desafios envolvidos. Ela passa a abordar a orientação de impacto e sustentabilidade.

Natalia aborda o papel de sua ONG na formulação de política pública, que não é uma exclusividade do poder público. Esse papel foi desempenhado nos Estados com a participação da sociedade civil, o que foi crucial, e tal constatação pela OIT foi muito feliz.

Poliana informa que acompanhou parte do projeto, em especial o Portal de Denúncias. Foi de fato importante a formação dos trabalhadores rurais, a explicação do conceito de trabalho escravo, e durante as oficinas houve a identificação de alguns casos. Após a oficinas, tempos

depois começaram a chegar denúncias desses mesmos lugares, e isso também auxiliou muito a fiscalização.

Vanda parabenizou a equipe da OIT e informou que a questão do tripartismo não é prevista nas COETRAEs, mas não significa que isso não ocorra, pois houveram reuniões estaduais com diálogos tripartites. Houve um grande envolvimento de outras áreas do setor público e da sociedade civil, o que foi um ponto muito positivo. Na Bahia, houve êxito na replicação do projeto. Outro ponto positivo foi o sistema em parceria com a OIT para o acompanhamento de trabalhadores resgatados.

Marcelo diz que o projeto altamente meritório e é uma ferramenta aglutinadora. Sobre o tripartismo, mesmo se o entendermos dentre de suas limitações laborais, não tem sido suficiente para compreender toda a complexidade do trabalho. A sociedade contemporânea vai muito dos três pilares do tripartismo. A discussão da forma atual parece um grave equívoco. O discurso tripartismo tem sido empregado no Brasil como forma de desmontar os esforços do combate ao trabalho escravo. A depender dos entes patronais, seria possível que sequer se tivesse iniciado a política pública no Brasil.

Rodrigo, sobre o tripartismo, informa que notadamente não existe, pois os atores são todos contrários a isso. A CONATRAE não tem competência para criar políticas públicas e o decreto de fato não prevê o tripartismo. O pleito da CNA é respeitar o tripartismo paritário.

Ana Carolina afirma que de fato que o decreto de criação não é um órgão de formulação de políticas públicas, e por tal forma não há a previsão do tripartismo.

Ana García encerra sua apresentação e Antonio agradece a presença de todos. Antonio relembra ainda que os achados são frutos de uma auditoria independente.

Herbert anuncia o intervalo para almoço.

Antonio informa que o portal de monitoramento de trabalho escravo foi aprimorado, recebendo alguns aprimoramentos. Houve a contratação de um novo consultor para a OIT, **Ebenézer**. Este afirma que irá apresentar o novo formulário em breve para avaliação no novo ciclo de monitoramento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

- **Síntese periódica do trabalho escravo**

Xavier passa a apresentar os dados atualizados sobre trabalho escravo (1995-2018). Ele informa que a CPT compila ao longo dos anos os dados, sendo que nos últimos anos foi criado um sistema virtual, por meio da disponibilização dos dados em uma planilha de Excel compartilhada por Dropbox. A síntese é dividida em diversas abas, com dados analíticos

divididos por UFs, anos e os mais variados recortes. Os dados são uma fotografia da realidade apurada pelas fiscalizações.

Começaram a surgir casos, inclusive em MG, em que não era possível resgatar trabalhadores, como cerca de 600 pessoas que eram mantidas em uma seita religiosa no interior de MG. Houve também a situação de um carro-forte, onde havia a dificuldade de resgate devido ao perigo a que seria submetido. Isso leva a um número de trabalhadores em situação de escravidão um pouco mais do que o número de trabalhadores resgatados.

Marcelo reverbera a informação apresentada por Xavier, pois existem situações onde os trabalhadores não cooperam ou se recusam a ser resgatados, como no caso das pessoas retidas na seita religiosa. As vítimas de jornada exaustiva também não aceitam de bom grado o resgate pois seus rendimentos são muito maiores do que em uma jornada regular.

Ebenézer lembra que situações como a da seita e a do carro-forte, por não haver o resgate, não há disponibilidade de política pública em favor dos trabalhadores.

Ulisses afirma que no caso da seita a justiça julgou não ser um caso de trabalho escravo. Mas existem outras situações onde o seguro-desemprego é concedido através por meio de medida judicial.

Maurício afirma que quem é encontrado em situação de escravidão é apenas o primeiro passo. Já o resgatado é quando a fiscalização leva ao fim da violação de direito, não apenas a retirada física da pessoa do local das violações, por exemplo.

Xavier confirma que é por tais motivos que em certas situações geram uma discrepância entre os dados da CPT e os da DETRAE/SIT/MTb. Mas trata-se apenas de uma diferença conceitual, sem qualquer problema. Ele relembra também que houve uma diminuição no número de estabelecimentos fiscalizados, que são cerca de 200 por ano atualmente. Apresentou ainda a lista dos municípios que mais tiveram casos de trabalho escravo pelo Brasil, assim como dados sobre trabalhadores que são reincidentes como vítimas da violação, estes últimos com números cada vez mais reduzidos. Os dados também evidenciam que cerca de 5% dos resgatados no Brasil são estrangeiros, chegando a 28% no Estado de São Paulo. Bolívia é o país com o maior número de estrangeiros resgatados.

Ricardo pergunta como foi possível o número maior de resgatados em 2017 do que em 2016. **Xavier** informa que há certos fatores têm influenciado o número de resgates, como o desemprego de 30 a 40% entre a população tipicamente violada, a evolução da tecnologia no campo e a crise na produção do ferro-gusa nas carvoarias. **Maurício** informa que em 2017 houve um contingenciamento financeiro não apenas no MTb, mas em diversos Ministérios, mas já em 2018 houve um novo aporte, porém ainda abaixo do planejado no início do ano. O número de operações tem aumentado, embora seja preciso avaliar a qualidade das fiscalizações. **Xavier** aponta que o Grupo Móvel teve um crescimento, mas nas superintendências regionais tem reduzido.

Herbert destaca também que pela primeira vez, neste ano de 2018, Roraima aparece entre os Estados com maior número de resgates devido à situação dos imigrantes venezuelanos. Cabe também analisar a diferença entre os números da DETRAE e da CPT.

Xavier afirma que a forma como os casos são divulgados na mídia contém erros de nomenclatura, como quando se diz que “força-tarefa”, “MP”, “COETRAE” liberta determinado número de trabalhadores; o correto seria citar o Grupo Móvel, instrumento tão importante.

Admar afirma que de fato é importante dar destaque ao Grupo Móvel, mas cita que na Bahia houve desgastes, por isso houve o emprego de forças-tarefa para resolver situações não atendidas pelo Grupo Móvel. Ainda assim, concorda que a fala de Xavier é correta.

Ebenézer cita por experiências prévias que muitas vezes quem faz o resgate, com ocorre em outros lugares, são apenas auditores fiscais fora do âmbito do Grupo Móvel.

Marcelo afirma que o Grupo Móvel tem dimensão nacional e também regional. Os tipos de procedimentos e de relatórios são iguais nos dois âmbitos, apenas há a diferença de localidade.

- **Caixa Econômica**

Maurício lembra o problema com a CEF que ainda impacta alguns trabalhadores. A solução seria a implementação de um aplicativo no MTb para enviar informações à CEF a fim de receber de volta o PIS do trabalhador. O aplicativo foi criado e até o momento a CEF ainda não certificou, sendo preciso que a CGCTE se mobilize para fazer um novo contato com a área técnica da Caixa. **Maurício** sugere o contato com o mesmo setor da CEF para solucionar o problema dos 10 trabalhadores momentaneamente atingidos.

Andréia sugere que a mesma equipe de órgãos que esteve presente anteriormente realize a nova reunião. **Ulisses** lembra do contato feito anteriormente e indaga se foi comunicado à CEF sobre o novo aplicativo criado pelo MTb, ao que **Maurício** disse que não. **Dante** menciona que é possível solucionar o problema. **Herbert** informa que esta semana o MDH irá expedir ofício à CEF solicitando uma nova reunião.

Marina indaga sobre como chega a informação ao MTb sobre trabalhadores que não estão recebendo o seguro-desemprego. **Maurício** explica o fluxo e cita que só tem acesso à informação sobre trabalhadores desamparados quando os mesmos telefonam aos auditores.

- **Radar**

Maurício rememora os 130 anos da Lei Áurea por conta do lançamento do Radar do Trabalho Escravo, apresentando a ferramenta em tempo real aos participantes da reunião. É uma ferramenta fidedigna, muito útil à imprensa e aos cidadãos, permitindo à sociedade fazer a análise que achar apropriada sobre a política pública.

Dante pergunta se o número total de operações inclui as fiscalizações regionais, ao que **Maurício** responde que sim, abrangendo de fato o Grupo Móvel e também as superintendências. **Dante** questiona se há nos dados os municípios de origem dos trabalhadores. **Maurício** responde que não, constando apenas nas guias dos auditores. **Dante**

sugere isso como melhoria para o Radar. **Xavier** lembra que a OIT poderá oferecer no futuro essa informação por meio da ferramenta deles, segundo prometido.

Dante sugere a integração dos dados da SIT, da CPT e da OIT. Antonio concorda, lembrando a origem do Observatório por meio do contato no passado de um técnico da OIT com um Procurador. Crê ser muito propício esse terreno para a junção das informações dos diferentes produtos, cada um mantendo a sua personalidade. Sobre a questão da rede, **Antonio** sugere um produto que reunisse os pontos focais para comunicar sobre situações de resgate.

- **Fazenda Brasil Verde**

Xavier lembra que a sentença determinou que os trabalhadores libertados fossem indenizados, no valor de 30 a 40 mil dólares por pessoa. O grande problema tem sido localizar os trabalhadores. Dos 128, apenas 80 foram localizados e indenizados. Dante retifica que há 10 ainda em processo de recebimento. **Xavier** informa que a DPF está buscando a localização das pessoas para cumprimento da sentença, o mais rápido o possível.

Dante afirma que o MPF conseguiu levantar essas informações junto a diversas bases de dados, como a exemplo da justiça eleitoral. Os dados das fiscalizações algumas trazem informações incompletas, o que é um fator complicador. **Dante** indaga se há sugestões dos participantes da reunião sobre soluções.

Xavier mostra dados levantados que podem auxiliar a entender o paradeiro de alguns dos trabalhadores, dispersos por cerca de 30 municípios prováveis. Uma idéia seria por meio dos CRAS e agentes de saúde, assim como foram feitos *jingles* veiculados nas rádios locais para tentar localizar os desaparecidos. **Dante** considera uma boa idéia, ponderando apenas que haja a verba disponível após a localização.

Dante afirma que apenas em um caso específico houve a situação de um resgatado que estava usando a identidade de um terceiro e a sentença abrange esta pessoa. O MPF já tem ciência do fato. **Ana Carolina** lembra que todas as pessoas ouvidas corroboram que o resgatado estava usando a identidade de outrem. Sugere a idéia de se comunicar a Corte para retificar o problema. Também sugeriu contato com o MDS para verificar o registro do programa Bolsa Família, além de dados do Incra sobre assentamento. O MPF também pode realizar uma pesquisa por óbitos também.

Leila compartilha a experiência com um dos trabalhadores localizados pela COETRAE/PA, no município de Tailândia. Foi uma experiência difícil para localizar o trabalhador, que se mudou para outro município, e foi localizado em uma situação de total vulnerabilidade. A esposa do mesmo entrou em contato com um advogado de Belém, que por sua vez contactou o MDH solicitando a verba. **Leila** pondera ser importante a comunicação do CRAS em situações assim, pois foram descobertos diversos problemas no momento da localização. Sugere uma força-tarefa, no caso específico do Pará, e talvez seja possível localizar os trabalhadores que estão no Estado.

Ricardo sugere a veiculação dos *jingles* em rádios de alcance nacional, pois considera que seja possível a migração dos trabalhadores para locais distantes.

Herbert relembra que o MDH já havia feito reuniões com o MDH para investigação no Cadastro Único, mas sem sucesso. Porém faz-se necessário continuar a estratégia de buscas por outros bancos de dados. **Fabiana** sugere buscas por meio de empresas de telefonia. **Herbert** pondera que um grande problema é que muitos dos resgatados não tinham CPF.

Dante considera que é possível, em último caso, a consignação em pagamento. A solução foi reverberada por **Ana Carolina, Fabiana e Xavier**. **Larissa** também se coloca à disposição para auxiliar com sua base de dados.

- **Informes**

Dante informa que está em preparação uma pesquisa visando o mapeamento de ações judiciais na esfera penal e civil sobre trabalho escravo e explica a metodologia.

- **Semana Nacional**

Dante sugere já se começar a pensar na pauta da Semana Nacional. Ele menciona que seria importante envolver outras instituições na organização e participação do evento. **Xavier** considera que a Semana deva abranger mobilizações, pois não sendo uma reunião com magistrados uma idéia tão impactante e de tamanha visibilidade. Relembra as mobilizações da Semana do Trabalho Escravo realizada sempre pela COETRAE/TO, com mobilização nas escolas, com distribuição de panfletos nas ruas etc.

Marcelo relembra o cenário possivelmente negativo que se aproxima, o que pode gerar várias dificuldades institucionais. **Herbert** pondera ser possível tentar uma abordagem similar à mencionada por Xavier, a depender das restrições eleitorais deste ano. **Dante** sugere uma reunião futura para tratar do assunto com um grupo pequeno.

Dante também relembra do informe sobre a produção futura do curta-metragem em celebração aos 15 anos da CONATRAE e a da atualização do livro dos 10 anos da CONATRAE para os 15 anos. Ele também comunica que está buscando a formulação de um plano de gestão viável da CONATRAE.

Natalia informa sobre a carta-compromisso que todos os candidatos ao governo federal receberam a carta, mas Jair Bolsonaro não assinou. Nos Estados, apenas em RO e AC não responderam; PR informou não ser sua competência; SP decidiu em plenária que enviaria, mas posteriormente a COETRAE/SP. Os demais Estados todos enviaram as cartas e apenas Tocantins conseguiu fazer com que todos os candidatos assinassem. Houve algumas assinaturas de deputados e outros candidatos, que podem ser acessadas no site da Repórter Brasil. **Marcelo** relembra que Bolsonaro se posicionou contra os esforços de combate ao trabalho escravo.

Luciana apresenta o convênio com a UFPE que gerou a elaboração de cartilhas feitas por alunos para distribuição na região de agreste do Estado, empregando uma linguagem acessível, inclusive por meio do cordel.

Andréia aborda sobre o V Encontro Nacional das COETRAEs, que envolveu 23 Estados no evento, com o apoio da OIT. Um dos produtos foi a Nota de Apoio à Carta-Compromisso, e atualmente está sendo formulado um relatório sobre o evento para ser distribuído em breve a todos.

Ana Paula expressa a necessidade de aproximação de todos em face do novo contexto político que se aproxima em janeiro. **Dante** afirma que o sistema de gestão da OIT será empregado futuramente pela Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo, estando a CGCTE atualmente em processo de levantamento das tarefas e mapeamento de fluxos.

Xavier menciona a visita ao Brasil da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e sugere uma reunião da Comissão Executiva da CONATRAE com a CIDH. **Herbert** informa que é uma visita de toda a Comissão Interamericana a 14 Estados brasileiros, porém o MDH não define a agenda da Comissão, o que não impede de tentar contato com a Secretaria Executiva da Comissão para tentar um encontro. **Xavier** sugere deliberar nesta Reunião este contato e **Herbert** coloca para apreciação dos membros.

Ricardo convida os participantes para a Reunião Científica que se iniciará amanhã.

Maurício informa sobre a criação de um grupo específico no DPF para auxiliar o Grupo Móvel em vários aspectos. Apresenta também a proposta de um fundo administrado pela CONATRAE para o custeio das atividades do Grupo Móvel. Por último, destaca a preocupação com relação à segurança do Grupo Móvel devido aos ataques aos fiscais do ICMBio sofridos na Região Norte. **Maurício** ainda comunica a ideia de criação de um museu do trabalho escravo, sendo que foi estabelecida uma parceria com o Museu do Trabalhador.

Xavier fala sobre a produção do filme *Servidão*, envolvendo a participação de diversos representantes da história do combate ao trabalho escravo, como auditores mais antigos.

Herbert sugere consolidar as informações e bens da SIT para disposição no futuro museu. **Dante** apresenta a data da próxima reunião Ordinária, em 11/12/2018, e menciona a questão da denúncia apresentada na OCDE sobre trabalho escravo na cadeia produtiva brasileira.

Herbert declara a reunião encerrada.